

INTERFACES DO RURAL E DO URBANO EM ÁREA DE COLONIZAÇÃO ANTIGA NA AMAZÔNIA: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA)¹

INTERFACES OF RURAL AND URBAN AREA IN ANCIENT COLONIZATION IN THE AMAZON: a study of agricultural colonies in Igarape-Açu and Castanhal (PA)

Rogério Rego Miranda²

Mestre – Universidade Federal do Pará – Campus Marabá
rogeriomir@ufpa.br

Resumo

O artigo discute a relação rural-urbano em área de colonização antiga na Amazônia, referente ao trecho da antiga Estrada de Ferro de Bragança, entre os Municípios de Belém e Bragança, no Nordeste Paraense. Com base em revisão bibliográfica, pesquisa documental, observação sistemática de campo e entrevistas semiestruturadas com agentes locais, são analisadas as mudanças que alteraram formas geográficas e suas respectivas funções nessa sub-região; mudanças essas que se expressam em diferentes padrões de organização espacial. Para a efetivação dessa análise foram selecionadas as agrovilas de Iracema e 3 de Outubro (Município de Castanhal) e São Jorge do Jabuti e Porto Seguro (Município de Igarapé-Açu), buscando-se, a partir delas, compreender as interfaces entre o mundo rural e o mundo urbano dessas agrovilas com as respectivas sedes municipais e outras cidades próximas.

Palavras-chave: Relação rural-urbano. Agrovilas. Urbanização. Castanhal. Igarapé-Açu.

Abstract

The article discusses the rural-urban relationship area of ancient settlement in the Amazon, which covers the stretch of old railroad Bragança, between the cities of Belém and Bragança, Pará's northeast. Based on literature review, documentary research, field systematic observation and semi-structured interviews with local stakeholders, analyzes the changes that have altered landforms and their functions in this sub-region, these changes are expressed in different organization spatial patterns. For the realization of this analysis were selected rural villages of Iracema and October 3 (Castanhal County) and São Jorge do Jabuti and Porto Seguro (Igarapé-Açu County), seeking from them, to understand the interfaces between the world rural and urban areas of these rural villages with their respective municipal headquarters and other nearby towns.

Keywords: Rural-urban ratio. Rural villages. Urbanization. Castanhal. Igarapé-Açu.

O desenvolvimento desigual do processo de urbanização da sociedade e do espaço

A dualidade entre campo e cidade, rural e urbano formou-se ao longo da história e permeia ainda hoje análises e concepções sobre as duas realidades socioespaciais. Mas, como definir o campo e a cidade? Esses dois espaços ainda hoje podem ser analisados em separado?

Estas questões permeiam a nossa análise na medida em que devemos entender os papéis que cumprem tanto o campo quanto a cidade na divisão territorial do trabalho atual, especialmente na área de pesquisa, ou seja, nos Municípios de Castanhal e Igarapé-Açu, visto que ao longo do processo histórico-geográfico dessas referências espaciais, as suas respectivas colônias agrícolas vêm desenvolvendo um intercâmbio diferenciado com as cidades próximas.

No período de funcionamento da Estrada de Ferro Bragança essas áreas deveriam abastecer Belém com cultivos de primeira necessidade (arroz, feijão, farinha e milho). Desempenharam esse papel na região Bragantina até, aproximadamente, a primeira metade do século XX. Posteriormente, com a introdução de outros sistemas técnicos (estradas, serviços de telecomunicação etc.) e o desenvolvimento de outra lógica produtiva, as interações campo e cidade aumentaram significativamente, estabelecendo-se conexões em escalas nacionais ou mesmo internacionais a partir da venda de plantios destinados a esses mercados. Elevaram-se exponencialmente as interações espaciais desenvolvidas na área, tanto entre as colônias e as sedes municipais quanto em relação à capital paraense e as cidades de outros Estados brasileiros.

Nesse processo sócioespacial, houve o subjugo do campo pela cidade. A metamorfose que perpassou a relação entre essas duas realidades é de suma importância para compreendermos as condições históricas e geográficas que possibilitaram não a oposição entre ambos, mas as suas crescentes interações. Tem-se, assim, uma totalidade dialética cujas contradições – manifestadas na divisão do trabalho social e técnico, no desenvolvimento das forças de produção etc. –, oriundas do movimento da sociedade atual, permitem a inter-relação entre eles, marcada pelo conflito, pela degeneração de relações sociais antigas, como o campesinato ou a recomposição destas sobre novas bases econômicas e políticas.

Esse processo referente à relação campo e cidade, rural e urbano foi analisado por Lefebvre (1973; 2002), que buscou entender a reorganização espaço-temporal do campo e da cidade ao longo da história, mas lançando uma hipótese na realidade atual: *a urbanização*

completa da sociedade. Esse autor denomina de sociedade urbana aquela resultante da urbanização completa que, embora hoje se apresente virtual, no futuro se projeta enquanto real.

No entanto, antes de se chegar à sociedade urbana, há que se fazer um percurso por quatro fases não lineares, já que são marcadas pelas continuidades e descontinuidades do processo histórico que as precedem, quais sejam: *a cidade política, a cidade comercial, a cidade industrial* e, finalmente, a zona crítica. Essas, por sua vez, ajudam-nos a entender a complexidade da vida social hoje.

De acordo com a hipótese de Lefebvre (1973; 2002), uma sociedade urbana só se materializa e se concretiza em realidades em que se desenvolveu a industrialização, pois é quando ocorre o subjugo total do campo em relação à cidade e a dominação e subordinação da produção agrícola ao urbano, fazendo desaparecer grupos tradicionais, como os camponeses, absorvendo-os e integrando-os à sociedade global e urbana, a partir da expansão crescente do tecido urbano, definido pelo autor da seguinte maneira:

[...] Ele [tecido urbano] é o suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a *sociedade urbana*. Na base econômica do “tecido urbano” aparecem fenômenos de outra ordem, num outro nível, o da vida social e cultural. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção de modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 11-12).

Neste sentido, as relações urbanas avançam sobre o campo, tanto materialmente, por meio das instituições – associações e/ou cooperativas capitalistas –, dos objetos técnicos – eletrificação, parabólica, televisão, dentre outros –, e dos fluxos de produtos, de pessoas e dinheiro-capital –; e não materialmente, a partir da veiculação de valores, relações de sociabilidade e consumismo.

Essa perspectiva analítica nos permite entender que a realidade social de hoje não está pautada em uma oposição entre campo e cidade, uma vez que da dominação do primeiro

sobre segundo, no âmbito político, comercial e na capacidade de geração de riqueza, origina-se uma terceira dimensão na relação existente entre eles. Ela se materializa no tecido urbano que constitui a síntese das duas realidades socioespaciais. Desse modo, “a substantivação do qualitativo urbano, representando a realidade urbano-industrial atual, passa assim a significar o terceiro termo da tríade dialética, a síntese da contradição cidade-campo” (MONT-MÓR, 2007, p. 99).

No entanto, devemos questionar a validade desta teoria para realidades em que a industrialização não foi o indutor da urbanização, como, por exemplo, a Amazônia (TRINDADE JR., 1998), ou ainda, em áreas em que a própria modernização se desenvolve de maneira precária, como é o caso das áreas desta pesquisa. Neste caso, devemos levar em consideração a formação sócioespacial de maneira a compreender o desenvolvimento da urbanização, elemento que será discutido posteriormente.

Tecidas essas considerações, pode-se dizer que, de um modo geral, a perspectiva analítica de Lefebvre (2002) coloca em xeque as tentativas de entender a cidade e o urbano contrapondo-os ao campo e ao rural, delineando critérios de diferenciação, ou elencando características essenciais da cidade, quase sempre amparadas por definições quantitativas, como demonstrou Capel (1975), ao discutir as teorias existentes acerca do tema. O autor explica que as principais acepções de cidade levam em conta o tamanho e a densidade populacional; a forma e a aglomeração populacional; as funções econômicas não agrícolas e a forma de vida, marcada pela concentração demográfica em aglomerações urbanas, elementos que consideram, em certa medida, apenas o nível da paisagem³.

Discutir acerca do campo e da cidade implica entendermos essas realidades para além de sua dimensão aparente (paisagem), ou seja, devemos considerar também a sua essência, correspondente às relações sociais que animam e dão vida às formas geográficas, isto é, o espaço.

Entendemos o espaço como categoria central em nossa análise, assim, cabe uma reflexão sobre os elementos concernentes ao mesmo, isto é, devemos defini-lo com o intuito de expressarmos melhor a concepção dessa categoria neste trabalho.

Lefebvre (2002) define espaço como *produto, condição e meio* das relações sociais, ou seja, ele é produzido pela sociedade e produzido a partir dela, logo, constitui-se o meio de realização de suas relações, sejam elas econômicas, políticas ou culturais, do mesmo modo

que as condiciona – um condicionamento *relativo*, pois não há um “determinismo geográfico”. Dessa maneira, o espaço é mediado por indeterminações e contingências históricas e pelos conflitos sociais. Para este autor, o espaço deveria ser entendido não apenas como um receptáculo, uma localização, onde se processam as relações sociais, mas como um agente, que “reage” sócio-materialmente.

Essa concepção de espaço nos permite compreender que a realidade social se geografiza, isto é, possui uma expressão espacial de suas relações econômicas, políticas e culturais, não no sentido de localização, mas de processos sociais que produzem organizações socioespaciais próprias, mas, ao mesmo tempo, articuladas. Essas, por sua vez, materializam-se em formas-conteúdo (SANTOS, 2002), ordenadas de acordo com uma determinada racionalidade.

Em nosso trabalho, essas formas se referem ao campo e à cidade, cujas paisagens, em geral, apresentam diferenças. Enquanto o campo possui uma expressão mais “natural”, em virtude da produção agrícola, pecuária e extrativista, além de uma maior dispersão populacional e de infraestrutura (casas, colégios, eletrificação, unidades de saúde etc.), a cidade é mais artificializada, em função da concentração de infraestrutura e maior imersão do meio *técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2002). Isso pode ser observado nas realidades que pesquisamos as quais descreveremos a seguir. Começamos pelo Município de Igarapé-Açu.

O município referido se subdivide em sede municipal, correspondente à cidade, de porte pequeno, com aproximadamente 19.489 (dezenove mil quatrocentos e oitenta e nove) habitantes em 2000, aumentando para 21.207 (vinte e um mil duzentos e sete) domiciliados em 2010 (IBGE, 2000; 2010). Apresenta também colônias agrícolas interligadas à sede. Essas colônias perfazem um total de 43 (quarenta e três) e possuíam 12.911 (doze mil novecentos e onze) habitantes em 2000, obtendo um crescimento para a margem de 14.680 (quatorze mil seiscentos e oitenta) pessoas em 2010 (IBGE, 2000; 2010).

No que se refere à cidade, observamos que as casas, em sua maior parte, são de alvenaria, dispendo-se muito próximas umas das outras e, comumente, possuem quintais ou mesmo reduzidos lotes com plantações, além de pequenos comércios, os quais provavelmente complementam a renda familiar.

As colônias agrícolas, por sua vez, distam, em média, 40 (quarenta) a 60 (sessenta) minutos da sede municipal. O acesso a elas se dá por meio de ônibus que, diariamente,

trafegam, uma vez ao dia, em direção às mesmas, atravessando pequenas estradas silenciosas, encobertas pelas matas ou pelas copas das árvores que produzem uma aparência de estaticidade e homogeneidade. Essas qualidades são reforçadas pela brisa silenciosa que por entre as árvores desliza, levantando a poeira seca do chão de terra batida em que repousa uma leve faixa de areia transportada da última chuva, misturada agora com o laterítico,⁴ formador da piçarra dessa estrada.

Imediatamente, nossas narinas são invadidas pelos resíduos presentes no ar quente dessas estradas. Eles se misturam à relva ressequida e com o brilho intenso de um início de tarde que no solo reflete uma luz intensa da qual nos protegemos franzindo a testa, numa fuga de sua luz ofuscante. Sua diversidade e dinamicidade, ou melhor, seu tempo sócioespacial ocorre não nessas margens, como ao longo das rodovias e, sim, no interior daquelas, nos lotes de terras onde os pequenos agricultores cultivam os mais variados produtos, criam animais e produzem sua vida, sua cultura, sua história, seu espaço singular, numa íntima relação com a terra (MIRANDA, 2006). Em determinados pontos dessas estradas encontramos pequenas colônias⁵, com uma relativa aglomeração de casas, as quais adentram a mata, refugiando-se à sua sombra; e terrenos destinados, em geral, à agricultura.

Castanhal, por sua vez, apresenta a mesma subdivisão municipal, mas sua configuração é distinta. A cidade (sede do município), demograficamente possuía 121.249 (cento e vinte e um mil duzentos e quarenta e nove) habitantes em 2000, aumentando para 153.378 (cento e cinquenta e três mil trezentos e setenta e oito) domiciliados em 2010 (IBGE, 2000; 2010). Apresenta um grau de tecnificação mais elevado dada a presença de indústrias de transformação (180), serviços industriais de utilidade pública (4), do comércio (959 estabelecimentos) e serviços em geral, a exemplo de hotéis, restaurantes etc. (458) (SEPOF, 2011). De outra parte, apresenta um incipiente adensamento vertical, elementos que nos possibilitam entendê-la como uma cidade de porte médio.

Seu espaço rural apresenta uma diferença substancial, em termos demográficos, em relação à cidade, pois possui atualmente 19.771 (dezenove mil setecentos e setenta e um) habitantes (IBGE, 2010), isto é, aproximadamente, 7 (sete) vezes menos que o total da população urbana.

Nessas colônias ainda podemos observar o desenvolvimento da agricultura camponesa⁶. Há também uma considerável quantidade de fazendas, além da atuação de

empresas extrativistas, a exemplo da Palmasa Ltda, também encontrada em Igarapé-Açu. Essa diferença, do ponto de vista da paisagem, embora ainda se reproduza em nossa área de estudo, apresenta sua diminuição em outras realidades, devido à modernização do campo, possibilitando a emergência, de modo mais acentuado, do *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2002), tal qual demonstra o trabalho de Elias (2006), ao discutir avanço do agronegócio na região Nordeste. A autora retrata a criação de cidades voltadas a essa atividade, isto é, espaços urbanos que foram produzidos para se adequarem às demandas e dinâmicas da agroindústria, principalmente da soja e de frutos regionais, o que engendra processos de periferização e favelização nas mediações do campo onde este ramo da economia globalizada se instala, apresentando formas predominantes nas grandes cidades brasileiras, além do alto grau de artificialização que esse espaço apresenta hoje. Essa forma bastante artificializada do espaço de produção agrícola não se observa plenamente na realidade estudada por nós, por isso do ponto de vista da paisagem ainda existem grandes diferenças entre o campo (as colônias agrícolas de Igarapé-Açu e Castanhal) e a cidade.

Essas formas espaciais por si só não explicam a realidade, no máximo permitem a sua descrição, como foi feito acima, pois não exprimem as relações que nelas/delas se desenvolvem. Por este motivo não devemos separar os respectivos conteúdos destas formas. Entretanto, para efeito de sistematização de nossa análise, estamos apresentando-as em separado.

Os conteúdos predominantes no campo e na cidade, *a priori*, são, respectivamente, o rural e o urbano. Ao primeiro, em geral, é atribuído um modo de vida ritmado por um tempo mais vinculado aos ciclos da natureza, não no sentido de um determinismo natural, mas as relações sociais são influenciadas por ela, devido a menos tecnificação e modernização que o campo possui, além de sociabilidades mais próximas, ou seja, há uma relação de cooperação e de ajuda mútua entre as pessoas, o que produz um espaço banal, de relações orgânicas, como assinala Santos (2002).

O segundo possui relações cada vez mais ritmadas pela racionalidade do mercado cujo tempo é cronológico. Buscando disciplinar o espaço, instaurando um modo de vida cujas relações são distantes, fugazes. O encontro, nesse contexto, reduz-se a um passar pelo outro, não sendo mais mediado pelas narrativas, pelo conhecer o outro, ao contrário, esse encontro é cada vez mais evitado.

Esses conteúdos, embora estejam dispostos como separados e antagônicos, ou mesmo como produtos de formas espaciais específicas, estabelecem uma relação dialética entre si. Deste modo, observamos que mesmo no campo há a difusão do conteúdo urbano, caracterizado pela sua tecnificação, estimulando tempos sociais mais mecânicos e externos à própria lógica local, principalmente em áreas em que o agronegócio se estabelece, como aponta o trabalho de Elias (2006). Mas, também, visualizamos este processo por meio do que Santos (2002) denominou de *psicosfera*, isto é, valores urbanos são veiculados no campo sem, necessariamente, haver uma total tecnificação; e, sim, por meio de elementos outros, como a televisão, que difunde uma apropriação mais consumista do espaço.

Por outro lado, também podemos ter a reprodução do rural nas cidades, como demonstrou o trabalho de Lima (2003), ao estudar determinados bairros de Imperatriz (Maranhão) em que havia a recriação de laços de sociabilidade entre os membros dos bairros cuja relação com a terra era econômica, no sentido de que muitos produziam para vender em feiras próximas, mas, igualmente, sócio-cultural, pois uma parte da produção era de uso comum, possibilitando uma relação mais próxima e de divisão do que era plantado bem como de ajuda mútua e cooperação entre eles.

Desta feita, as formas-conteúdos em nosso estudo, quais sejam, cidade-urbano, campo-rural são trabalhados de maneira interdependente cuja articulação dialética proporciona a manifestação desigual dos mesmos, em função da contradição em que essas formas-conteúdo interagem.

Neste sentido, entendemos que a relação entre o rural e o urbano se desenvolve desigualmente no espaço-tempo, pois a formação econômico-social das realidades sociais denota diferenciações de espaços e de tempos. Assim, antes de discutirmos o desenvolvimento desigual e combinado do urbano e do rural, discutiremos a noção de formação econômico-social.

Martins (1996), ao discutir o pensamento lefebvriano acerca de Marx, discorre sobre essa noção que carrega o objetivo de indicar o tempo das relações sociais, pois embora “nascidas” em momentos históricos diferentes, coexistem entre si assimetricamente numa relação de “descompasso e desencontro”. Nesta perspectiva, “a lei da formação econômico-social é a *lei do desenvolvimento desigual*: “Ela significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente,

simultaneamente, no mesmo ritmo histórico” (MARTINS, 1996, p. 17). Lefebvre, ao retomar Marx (Apud MARTINS, 1996), encontra uma relação entre o espacial e o temporal, sugerida nos textos marxianos, mas é ele próprio que a desenvolve com maior profundidade. Sua interpretação sobre a noção de formação econômico-social se distancia e se alarga em relação à visão marxista de caráter economicista.

Esta visão de Lefebvre, apropriada por Martins (1996), abre várias possibilidades quanto ao desenvolvimento desigual (e combinado) do tempo (história) e do espaço (geografia), pois esse último materializa as temporalidades coexistentes e provenientes de relações sociais de momentos diversos.

Essa perspectiva é coadunada por Harvey (2004), ao propor uma análise da realidade contemporânea a partir do(s) desenvolvimento(s) geográfico(s) desigual (is), e Santos (1977, p. 87-88, grifos do autor), ao entender que “as relações entre espaço e formação social (...) se fazem num espaço *particular* e não num espaço *geral*, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”.

Essa formação sócioespacial produz uma diferenciação espaço-temporal que implica o desenvolvimento desigual do processo de “urbanização da sociedade” (LEFEBVRE, 2002) e da “urbanização do território” (SANTOS, 2005a), visto que possibilita a (re) criação de múltiplos espaços-tempos, mesmo em condições subalternizadas ou residuais, como é o caso do rural na Amazônia. Neste contexto, a perspectiva espacial de Massey (2004) se torna fundamental para entendermos a complexidade que envolve a relação rural e urbana. A autora propõe três elementos centrais sobre como o espaço pode ser conceituado: **1.O espaço é um produto de inter-relações**: ele é constituído e constitui uma gama de interações sociais que vão desde a escala global até a do lugar, por exemplo; **2.O espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade**: o espaço é a condição necessária para a existência da multiplicidade e desta resulta o espaço, logo, são co-constitutivos. Neste sentido, é no/por meio do espaço que a pluralidade de vozes e trajetórias (históricas/geográficas) coexiste; **3.O espaço é sempre um devir**: ele está sempre sendo feito, ou seja, por ser produto de inter-relações estabelece conexões ainda por se realizarem, as quais também podem vir a não se estabelecer; logo, não é um sistema fechado, ou uma simultaneidade completa de interações; e, sim, um devir constante.

Posto isso, observamos que a produção do espaço, por meio das inter-relações, é a expressão e a condição da multiplicidade cujas interações sociais, em várias escalas geográficas, estão sempre abertas, denotando múltiplos espaços-tempos imbricados, interdependentes, a exemplo daqueles produzidos pela complexa interação rural e urbano, cuja expressão se realiza desigualmente.

Neste contexto, a formação sócioespacial torna-se importante para a compreensão da “evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais lhes provém o impulso frequentemente” (SANTOS, 2005b, p. 22). Ela evidencia o desenvolvimento desigual de diferentes expressões das contradições elementares da sociedade, não sendo estas reduzidas ao econômico (MARTINS, 2004). Portanto, transparecem os ritmos sociais desencontrados, resultantes de períodos específicos da história, mas que coexistem, refletindo temporalidades e espacialidades díspares, articuladas, conflitantes, produtoras de múltiplos espaços-tempos, marcados pela *desigualdade* (econômica e técnica) e pela *diferença* (cultural e simbólica) que se traduzem espacialmente na tríade continuidade/descontinuidade/sobreposição territorial, seja de elementos simbólico/culturais, seja de elementos técnico/econômicos.

Assim, a partir da formação sócioespacial, podemos melhor visualizar os processos de desigualdade e diferença que marcam a urbanização, assim como as contradições inerentes a ela, as quais resultam em uma diferenciação sócioespacial, identificando e revelando ritmos sociais outros que ora fogem ao esquema da racionalidade urbana, ora são cooptados por ele.

É com esta preocupação que iremos remontar à formação histórico-geográfica concernente à produção do espaço em uma área de colonização antiga do Pará, referente ao trecho entre Belém e Bragança⁷ (ver mapas 1e 2 referentes a espacialização da área em questão, em momentos diferentes de sua geografia). O objetivo é reconstituir os seus padrões de organização territorial, assim como os espaços-tempos que se produziram a fim de datá-los, para, posteriormente, comparar as “idades” das formações sociais presentes do período atual. Pretendemos, ainda, discorrer acerca da transformação do papel desempenhado por colônias agrícolas de Castanhal e Igarapé-Açu junto à divisão territorial do trabalho que introduz uma nova geografia à realidade sócioespacial pesquisada.

Formação sócioespacial da área em colonização antiga do Pará e seus padrões de organização

A análise da formação sócioespacial da área pesquisada apresenta, *grosso modo*, três grandes momentos que não são lineares, mas produtos de continuidades e discontinuidades históricas em que determinado período acaba por ser a antítese do anterior, promovendo rupturas espaços-temporais, inaugurando outras relações que se combinam às pretéritas, que se recriam, porém, sobre novas dimensões, conforme podemos observar nos padrões de organização sócioespacial da região.

Com efeito, o momento inicial em destaque se refere ao anterior a colonização implementada pela Província do Pará, no qual o trecho entre Belém e Bragança era ocupado por indígenas, dentre eles, destacavam-se os Tupinambás.

De acordo com o historiador Araújo (2006) os primeiros habitantes de Castanhal foram os indígenas. Datam de pelo menos 5.200 (cinco mil e duzentos) anos atrás, constituídos por pescadores, coletores e caçadores.

No atual Município de Igarapé-Açu, segundo Muniz (1913), existiam áreas, referentes às nascentes do rio Maracanã, que serviam de abrigo para negros fugidos de terras do rio Guamá, da costa Atlântica e, também, de Belém e suas cercanias. Ao se instalarem na área em questão, desenvolviam a prática de cultivo da terra e da caça para poderem sobreviver, além de efetuarem roubos em povoados próximos, porém foram, posteriormente, expulsos por autoridades locais e a área passou a ser residida por indígenas, cujas aldeias, ulteriormente, após a fundação de Jambú-Açu,⁸ em 1898, passaram por um processo “civilizatório” por meio da ação da igreja católica e da colonização levada a cabo em fins do século XIX e início do XX.

Excetuando-se a ocupação indígena existente entre Belém e Bragança, poucos são os relatos de outro tipo de apropriação efetuada na área antes do século XIX, com exceção do povoado do Sousa do Caeté, fundado em 1634, posteriormente tido como vila de Bragança (1753).

Portanto, a produção do espaço alia-se a um padrão de organização em que o rio ganha grande relevância para a circulação das pessoas, mercadorias e informações, assim como é fonte de abastecimento de água e de alimento por conta da pesca, em cujas margens se realizava a agricultura comercial, embora ainda pouco desenvolvida. A floresta também

se torna a residência dos indígenas, de onde retiram frutos, madeira, ervas medicinais, lendas e mitos que explicam fatos inexplicáveis; logo, o tempo está intimamente atrelado às dinâmicas da natureza, às enchentes e vazantes dos rios, à época de colheita da agricultura ou coleta de frutos.

Essa organização sócioespacial das relações sofre uma interferência a partir da implementação da colonização do trecho entre Belém e Bragança, mais conhecido no período como região Bragantina⁹. Esse projeto já havia sido proposto desde 1858, mas só foi levado a cabo em 1874. Essa área foi escolhida para esse fim em virtude da propalada fertilidade do solo e pela proximidade do mercado de Belém que, à época, apresentava um *deficit* interno em relação à produção voltada para a subsistência da população local. Esse fato contribuiu para a efetivação da ocupação da referida região para fins de desenvolvimento da agricultura comercial, desarticulando relações anteriores e introduzindo novas, marcadas por outro padrão de organização social e geográfico.

Este projeto de colonização da Bragantina se insere no contexto em que a Amazônia vivencia a economia da borracha, momento em que o látex retirado da árvore de seringueira, prática comum entre os nativos, ganha grande valorização no mercado internacional. Isso acontece, especialmente entre 1840 e 1910, em decorrência da revolução industrial implementar uma série de avanços técnicos, dentre eles, a vulcanização da borracha, matéria-prima utilizada na produção de determinados produtos industrializados, como, por exemplo, na fabricação de pneumáticos.

Neste período, de acordo com Weinstein (1993), os presidentes da Província do Pará injetaram suas energias e receitas excedentes da atividade gomífera nas colônias agrícolas. Para a efetivação dessa colonização, três fatores foram de suma importância: financiamentos advindos da borracha, imigração e construção da via férrea.

No que se refere aos financiamentos o período da borracha trouxe bastantes riquezas para Amazônia, expressas nas formas urbanas da “*belle époque*”, como o Teatro da Paz, em Belém e o Teatro Amazonas em Manaus. Nessa ocasião, várias foram as maneiras de se empreender a modernização da região amazônica por meio da influência tanto da tecnologia quanto dos valores europeus. A colonização empreendida entre Belém e Bragança expressa tal projeto. Seu conteúdo ideológico tinha em vista levar a civilização e o progresso aos locais ainda “desabitados”.

Nesse momento existia um problema de abastecimento interno ocasionado pela decadência das atividades organizadas sob o sistema de sesmarias, pela diminuição da produtividade agrícola provocada pela revolução popular da “Cabanagem” (1835-1837) e pela grande corrida para o extrativismo da borracha; sendo este último aspecto o que levou a Província a tomar medidas para tentar suplantar a crise alimentar que se instaurava (CONCEIÇÃO, 1990).

Neste contexto, a classe dirigente da Província, visando a sanar o problema, implementou a colonização da Bragantina. Para tanto, os governantes projetaram anteriormente à colonização efetiva dessa área, o perfil social daqueles que deveriam ocupar a região e sua organização espacial. Assim, os colonos deveriam ser trabalhadores agrícolas, de preferência europeus, por serem dados ao trabalho e poderem inserir inovações técnicas junto à produção. Tais colonos, por sua vez, produziram em lotes de terras previamente demarcados, em geral de 25 (vinte e cinco) hectares (CRUZ, 1955; PENTEADO, 1967; CONCEIÇÃO, 1990).

Tendo em vista este ideal de trabalhador, de forma a “civilizar” a região, desconsiderando a presença indígena na referida área, a Província do Pará incentivou a vinda de imigrantes europeus a partir de contratos firmados com empresas; contratos estes que muitas vezes não foram levados a cabo. Assim, para suprir a deficiência de mão-de-obra, utilizaram-se igualmente trabalhadores nacionais, especialmente nordestinos, que acabaram migrando em grande quantidade, principalmente em momentos de seca exacerbada no Nordeste, fato que ocorreu, por exemplo, em 1889. No entanto, é importante frisar que essa migração nordestina, em grande margem, era impulsionada pela possibilidade concreta de acesso à terra na Bragantina.

Na Bragantina, outro padrão de organização espacial foi se estruturando, isto é, o elemento central de ordenamento das relações sociais e transações econômicas não mais era o rio, e, sim, a própria Estrada de Ferro Bragança. Ela tinha se tornado o elo entre a cidade de Belém, onde se iniciava, e as colônias que atravessava, estando estas dispostas às suas margens e orientadas espacialmente pelos seus trilhos cujo fim se dava na cidade de Bragança.

A ferrovia foi construída para viabilizar a necessidade de interligar as colônias agrícolas localizadas ao longo da estrada de Bragança, assim como para escoar a produção

delas até Belém e transportar as pessoas que habitavam a região, reorganizando o espaço agrário da Bragantina.

A construção da Estrada de Ferro Bragança iniciou-se em 1883, levou-se aproximadamente um ano para concluir a primeira parte da obra que ligou Belém a Benevides. Nos anos subsequentes seus trilhos iam chegando aos mais longínquos lugares. Em 1886, a ferrovia alcançava a colônia do Apeú, estendendo-se, posteriormente, ao trecho mais central da Bragantina. Em função de uma situação financeira pouco favorável ao governo do Pará, a construção da via férrea foi se acontecendo mais lentamente, chegando apenas em 1893 a Castanhal; em 1897, a Jambú-Açu, em 1903 ao Livramento; em 1907 a Capanema; e, finalmente, em 1908, a Bragança (PENTEADO, 1967).

A partir dos três fatores citados, ou seja, o financiamento da borracha, a imigração estrangeira e nordestina e a construção da Estrada de Ferro de Bragança é que se desenvolveu efetivamente a colonização da Bragantina, instaurando um padrão de organização sócioespacial pautado na *cidade-estrada-colônia*, devido à inter-relação existente entre a cidade de Belém, área de polarização dos fluxos de mercadorias, pessoas e investimentos; na Estrada de Ferro Bragança, meio de circulação das mercadorias, pessoas e informações; e nas colônias, onde os camponeses produzem seu espaço de vivência.

Nesse processo, o antigo padrão (rio, várzea, floresta) foi cedendo lugar à organização baseada no padrão cidade–estrada-de-ferro–colônia (ver mapa 1). Isso não significa que aquele deixou de existir; ao contrário, atrela-se ao último. Todavia, não é mais o predominante na Bragantina, forçando a desarticulação de relações anteriores como aquelas produzidas pelos indígenas tanto que essa região era conhecida como o “Caminho dos Tupinambás” (LACERDA, 1992). Tais caminhos foram desfeitos para se integrarem a uma nova lógica e uma nova paisagem.

Em geral, essa é a tônica dos núcleos coloniais, especialmente daqueles criados pelo poder público. No entanto, de acordo com Penteado (1967), Castanhal, fundado em 1883, e Jambú-Açu, criado em 1895, expandem-se e ganham expressão.

Esses dois núcleos emancipados, assim como todos os demais, em 1902, por ordem de Augusto Montenegro¹⁰, com vistas a diminuir custos com as colônias, vão se tornar os principais entrepostos da Bragantina durante a década de 1950 e início dos anos de 1960.

Com a crise da borracha, que ocorreu após a primeira década do século XX, a Bragantina, como um todo, pouco sofreu rebatimentos econômicos, pois sua base de comércio era o mercado local e a subsistência.

A partir da década de 1950, inicia-se uma reconfiguração espacial na Bragantina, expressa na sua paisagem, visto que já apresenta grandes clareiras nas matas antes existentes, sendo comum nas margens da estrada a presença de capoeiras, provocadas pelo grande desmatamento proporcionado pela atividade agrícola e madeireira, além de outros usos mais alinhados à lógica capitalista. Data deste período a introdução da rodovia Belém-Bragança, cujo eixo rodoviário foi utilizado para a implantação posterior da rodovia Belém-Brasília – BR 010 – e Pará-Maranhão – BR-316, traçada paralelamente à Estrada de Ferro Bragança (IDESP, 1977).

E já na segunda metade da década de 1960, evidencia-se concretamente a mudança de padrão de organização sócioespacial da Bragantina, momento em que a Estrada de Ferro Bragança é desativada¹¹ para ceder completamente lugar à rodovia.

Esse contexto é marcado pelo projeto “desenvolvimentista” implementado pelo governo militar (1964-1983) que ambicionava integrar o Brasil através da malha rodoviária. No que concerne à Amazônia, objetivava modernizá-la e integrá-la ao Centro-Sul, pois esta região, além de fornecedora de matérias-primas, deveria cumprir o papel de mercado consumidor.

Essa modernização ocasionou uma reordenação do espaço amazônico, com o privilégio das rodovias em detrimento dos rios, ou mesmo das ferrovias anteriormente existentes amparadas por outra lógica produtiva. Houve, inclusive, uma redução nos investimentos no transporte fluvial e uma deterioração da infraestrutura portuária (ACEVEDO MARIN, 2002). Além de estimular a grande propriedade, em prejuízo da agricultura de caráter familiar, o que implicou o aumento da concentração de terra e a expansão do latifúndio (HÉBETTE e MARIM, 1979). Isso ocasionou, principalmente no Sul e Sudeste do Pará, vários conflitos agrários provenientes da desterritorialização de uma grande massa de camponeses que se tornou sem-

terra, tendo de vender sua força de trabalho em fazendas ou em cidades, ou mesmo engrossando movimentos sociais de reivindicação de direito à terra, como o Movimento dos Sem-Terra (MST) no Pará.

No entanto, o processo de latifundiarização e concentração de terras não se desenvolveram na Bragantina. Essa área de colonização antiga não teve sua estrutura fundiária fundamentalmente alterada.

Estudos empreendidos por Hébette e Marin (1979), por exemplo, demonstram que durante a década de 1970, a estrutura fundiária da Bragantina encontrava-se na categoria do que os autores denominaram de *superpulverizado*, isto é, apresentava 50% de sua área apropriada dividida entre mais de 85% dos proprietários em lotes de 10 (dez) a 100 (cem) hectares. Dessa forma, continuou sendo pautada nos minifúndios e em alguns poucos lotes de tamanho médio, oscilando entre 100 (cem) e 500 (quinhentos) hectares.

Por outro lado, se não houve grandes mudanças fundiárias, o mesmo não pode ser dito no que se refere às relações socioespaciais, pois em decorrência da instauração de um novo padrão de organização que se impôs não apenas como outro sistema de objetos, mas, também, como um sistema de ações diferenciado, muitas vezes a lógica do mercado global prevaleceu em detrimento das racionalidades locais.

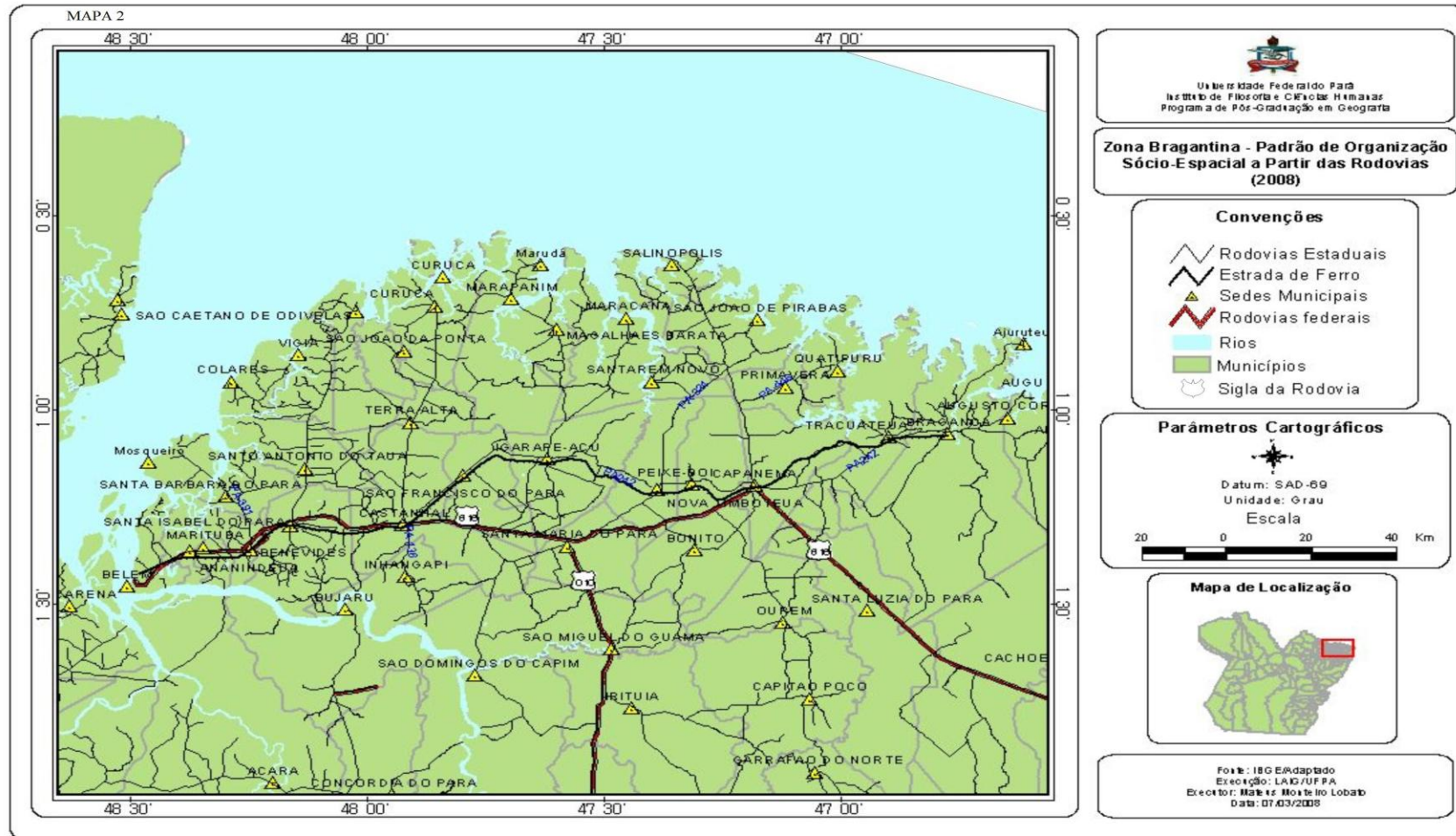
Assim, configura-se o padrão de organização sócioespacial pautado na rodovia-cidade-colônia. Isto é, a rodovia, que foi sendo introduzida gradualmente, interliga e atravessa, a partir deste momento, os antigos núcleos coloniais; muitos elevados, na década de 1960, à condição de sede de municípios. A estrada tornou-se, assim, a principal via de circulação da produção camponesa da região. No caso de Igarapé-Açu e Castanhal, a rodovia asfaltada se limita às sedes municipais. Para adentrar as colônias a rodovia cede lugar à estrada de chão batido em cujas margens agora se reproduzem os colonos (mapa 2).

A partir dos anos de 1970, o sistema de produção extensivo de culturas anuais realizado pelos colonos da Bragantina passou por crises cíclicas derivadas da consolidação da integração da Amazônia ao mercado nacional. Isso ocasionou flutuações de preços de mercado e problemas de comercialização relacionados à concorrência com produtos mais baratos do sul do

Brasil e das novas fronteiras agrícolas (COSTA, HUTIENNE, 2006). Esses fatores interferiram na rentabilidade campesina. Para contornar tal problema, outros cultivos foram introduzidos com o intuito de se aumentar a renda, entretanto, o colono ficou parcialmente sob a influência da instabilidade do mercado.

No Município de Castanhal, observa-se, segundo dados da SEPOF (2011), que na década de 1990, a consolidação da produção de culturas perenes, especialmente dendê, pimentado-reino e maracujá, que alcançam uma produtividade crescente, embora víveres como arroz, feijão, milho e principalmente a mandioca não deixem de ter expressão local, a última, inclusive, começa a ser comercializada no mercado regional e nacional, principalmente a partir de 2000, o que denota maior inserção do colono no mercado; ao mesmo tempo, não deixa de produzir de forma diversificada, como estratégia de permitir a sua reprodução.

**Interfaces do rural e do urbano em área de
colonização antiga na Amazônia: estudo
de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA)**



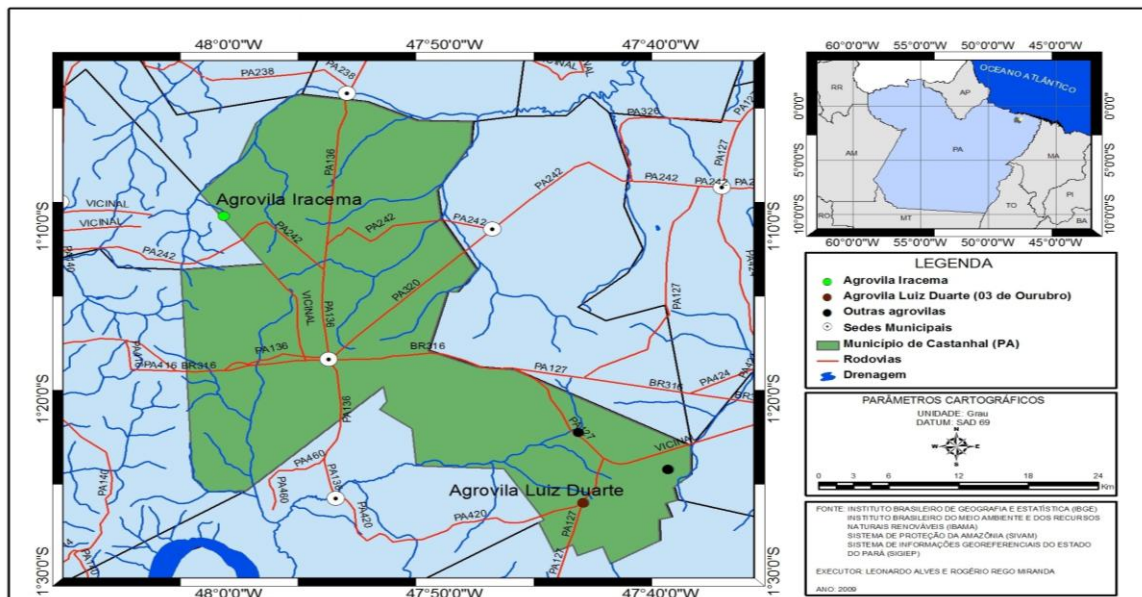
Mapa 2 – Zona Bragantina após 1965 até os dias atuais.
Fonte: IBGE/Adaptado.

Ao que tange à realidade de Igarapé-Açu, observamos o mesmo padrão produtivo, ou seja, existe um aumento crescente de produtos de valor no mercado, como a pimenta-do-reino, maracujá e dendê; ao mesmo tempo em que se continua a produzir cultivos tradicionais, como milho, arroz, feijão e a mandioca, principal produto da lavoura temporária.

Essa mudança produtiva ocasionou o aparecimento de propriedades médias cujo agente explorador não é necessariamente o colono, mas empresas capitalistas que começam a se projetar na área em virtude das facilidades e melhorias nas condições de transportes rodoviários que proporcionaram mais velocidade aos fluxos de mercadorias, de pessoas e informações transportadas também em maior quantidade.

Interações rurais e urbanas no contexto atual de Castanhal e Igarapé – Açu

No cenário atual das realidades estudadas, quais sejam Castanhal e Igarapé-Açu, e suas respectivas colônias agrícolas, Iracema e 3 de Outubro (Castanhal) e Porto Seguro e São Jorge do Jabuti (Igarapé-Açu) – ver mapas 3 e 4 –, desenvolve-se uma outra lógica produtiva, cujos cultivos se voltam fundamentalmente ao mercado regional, nacional e internacional.

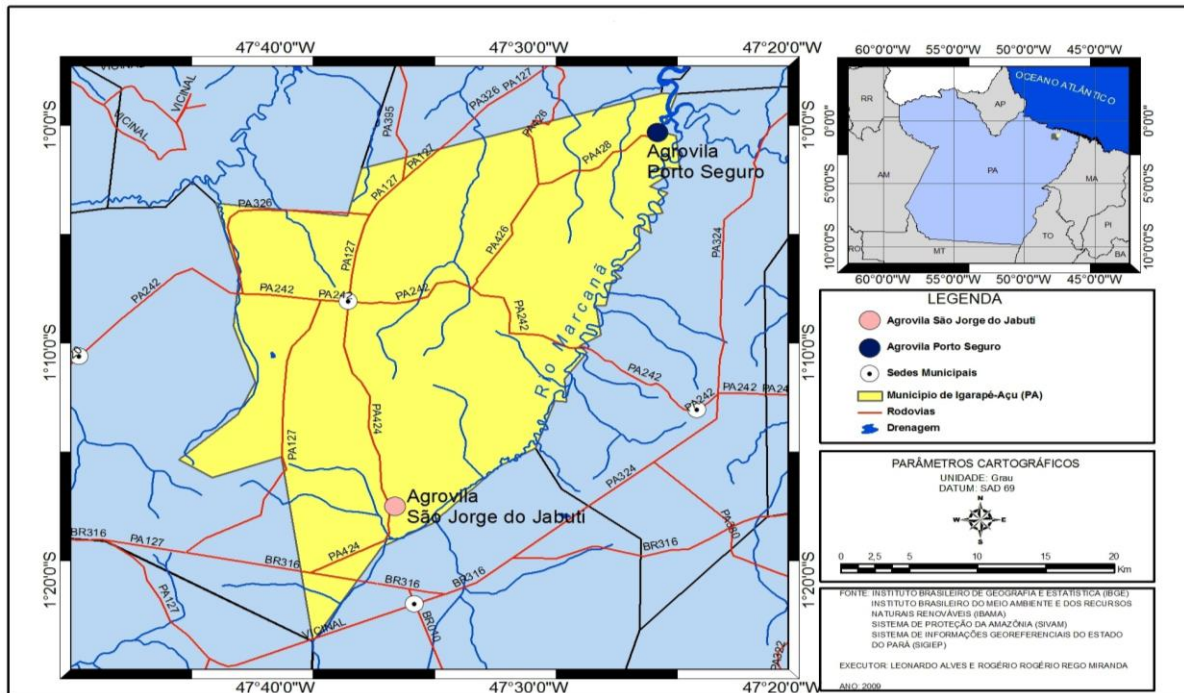


Mapa 3 – Agrovilas de Iracema e 3 de Outubro (Luiz Duarte) – Castanhal/Pará.

Fonte: IBGE/Adaptado.

Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA)

Rogério Rego Miranda



Mapa 4 – Agrovilas de Porto Seguro e São Jorge do Jabuti – Igarapé-Açu/Pará.
Fonte: IBGE/Adaptado.

Esse fato passou a ocorrer com maior frequência principalmente a partir dos anos de 1980, momento em que o governo federal injetou dinheiro na pequena produção, redirecionando as políticas públicas, a exemplo do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), cujo agente financiador é o Banco da Amazônia (BASA S.A). De acordo com Costa (2000), aquele objetivou conceder incentivos fiscais para áreas de colonização antiga, como Campos de Marajó, Salgado, Baixo Tocantins, Bragantina, Belém e Viseu, que apresentavam maior diversidade de atividades.

Mais recentemente, especificamente em 1995, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como linha de crédito com o intuito de prover o “desenvolvimento sustentável” junto aos agricultores familiares, cujo agente financiador é o Banco do Brasil. Hoje o Banco da Amazônia S.A também concede este crédito. São três as linhas principais desse banco: infraestrutura e serviços; capacitação e crédito.

Ambos os financiamentos foram concedidos aos pequenos produtores das áreas pesquisadas, possibilitando o aumento considerável das lavouras permanentes. Em Castanhal e Igarapé-Açu, particularmente, o auxílio governamental referente ao PRONAF contemplou, entre os anos de 1999 até o início de 2008, grupos de agricultores eleitos pelo governo¹².

Essas mudanças, entretanto, tendem a ocorrer desigualmente no espaço agrário, apresentando rebatimentos diferenciados nas realidades pesquisadas. Neste sentido, primeiramente apresentaremos as agrovilas de Castanhal e, posteriormente, de Igarapé-Açu, com intuito de pensar as suas respectivas especificidades socioespaciais.

As áreas agrícolas de Castanhal correspondem às agrovilas de Iracema e 3 de Outubro (Luiz Duarte), dispostas espacialmente em pontos extremos do território municipal e com dinâmicas semelhantes economicamente, embora privilegiem culturas diferenciadas (mapa 03).

Para chegar à agrovila Iracema é necessário utilizar o transporte público de mesmo nome, cujo proprietário é um morador da área. Este carro sai do terminal rodoviário existente ao lado da feira livre de Castanhal, no qual circulam apenas veículos que trafegam em direção às colônias agrícolas.

Em Iracema, geralmente são os grupos sociais mais capitalizados que monopolizam o uso de técnicas de transporte, comunicação e de agricultura mais avançadas, beneficiando-se de maior produtividade, de facilidades e ampliação de financiamentos e de uma relação direta com redes econômicas cujos agentes fecham contratos muitas vezes exclusivos ou compram a maior parte da produção agrícola referente às hortaliças produzidas na área.

Para efeito de constatação do volume da comercialização deste plantio, com base em cálculos da produção de um dos grandes produtores locais, observou-se que só ao Supermercado Nazaré, que se constitui seu principal comprador, é fornecida uma média de 7.100 (sete mil e cem) quilogramas de hortaliças por dia. Por mês isso proporcionaria uma quantidade de 213 (duzentas e treze) toneladas. Destacam-se nesse comércio o alface com 15.300 (quinze mil e trezentos) quilos por mês, a cebolinha com 9.000 (nove mil) quilos por mês, o cheiro verde com 49.500 (quarenta e nove mil e quinhentos) quilos por mês, a couve com 27.000 (vinte e sete mil) quilos por mês e a salsa com 13.800 (treze mil e oitocentos) quilos

por mês. Esses produtos são plantados em quatro terrenos existentes dentro da agrovila e em seus arredores. Os terrenos variam entre 100 (cem) e 200 (duzentos) hectares¹³.

Assim, formam-se grupos mais capitalizados de acesso direto à rede econômica, mas estes por não suprirem em seus terrenos a grande demanda pelos produtos, incentivam outros a cultivarem as hortaliças. Deste modo, pequenos lavradores começam a investir maciçamente neste tipo de produção, inclusive com créditos obtidos junto ao governo.

Quando começam a desenvolver o plantio, vendem-no àqueles de maior poder econômico, responsáveis por explorar-lhes a renda da terra, processo que ocorre quando o sujeito social é dono da terra, dos seus instrumentos de trabalho e a força de trabalho empregada por ele é a mão-de-obra familiar. Destarte, o aumento da dependência deste sujeito em relação ao capital, resulta na sujeição da renda da terra ao capital que não se dá pela compra da terra, mas pela criação de condições para extrair o excedente econômico (MARTINS, 1995).

Assim, originam-se grupos de agricultores menos capitalizados de acesso indireto à rede econômica que têm seus cultivos revendidos a grandes Supermercados de Belém, a saber: supermercados Y. Yamada¹⁴, Formosa¹⁵, Líder¹⁶ e Nazaré¹⁷.

Esse processo ocorre em função dos financiamentos concedidos pelo governo. Eles foram amplamente acessados pelos produtores, tanto de grande porte, quanto de pequeno. No caso dos primeiros, com o dinheiro oriundo dos programas governamentais, investiram maciçamente na sua produção de hortaliças e em infraestrutura de forma a mecanizar a sua plantação. Os últimos aplicaram em cultivos diversificados e na área de horticultura e mandioca, objetivando melhorar a sua renda. No entanto, muitos não conseguiram pagar sua dívida junto ao banco e hoje encontram dificuldades para obter outros financiamentos.

Neste contexto, com o crescimento econômico da agrovila, houve um significativo fluxo migratório de pessoas oriundas de municípios limítrofes a Castanhal, tais como São João da Ponta, Santa Maria do Pará e Santo Antônio do Tauá¹⁸ e, em menor proporção, de outros estados brasileiros, como do Maranhão. Isso adensou populacionalmente a área e concorreu para a expansão física de Iracema, pois há um crescimento do número de casas e de ruas que avançam em direção à mata, formando um aglomerado de famílias e residências.

Esses migrantes geralmente chegaram à área incentivados pela possibilidade de empregos engendrada pelo aumento da lavoura. Muitos trabalham de forma assalariada para aqueles que possuem melhores condições financeiras, deslocando-se para os terrenos destes últimos por volta de 5h30 (cinco e meia) da manhã e retornando as suas moradias entre 06h30 (seis e trinta) e 07h (sete) da noite.

Os agricultores menos capitalizados se utilizam da mão-de-obra familiar e de poucos trabalhadores temporários externos à família, pois, do contrário, comprometeriam a sua renda.

Evidencia-se a estruturação de outra lógica produtiva que não é demarcada apenas pela ampliação de cultivos voltados para o mercado (hortaliças) e a diminuição daqueles destinados à subsistência (especialmente a mandioca), mas, também, mutação das relações internas à colônia, ficando essas mais mercadológicas, mediadas pelo capital, como se flagra na fala de um dos moradores de Iracema:

Antigamente se tornava mais fácil [as relações entre as pessoas], difícil era o acesso à cidade, né. Mas na comunidade se tornava mais fácil, porque todo mundo trabalhava entre, todo mundo se conheciam, todo mundo se... tinha aquela vizinhança que hoje não existe mais, e os comércio era mais fácil (...)

(Entrevistado Risaldo Neves da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Castanhal e agricultor, morador da agrovila de Iracema, 40 anos, entrevista concedida em 12/ 06/ 2008).

A fala supracitada relata, em outras palavras, que a modernização do campo acarreta do ponto de vista das relações sociais, uma sociabilidade muitas vezes mecânica, atomizada, individualista, marcada pelo valor de troca, embora relações mais próximas ainda sejam visíveis, pois a reprodução das mesmas garante a sobrevivência dos sujeitos sociais:

A vivência na comunidade ainda é boa, porque ... na colônia hoje quem tem coragem de trabalhar não passa fome. E mesmo que não tenha terra, mas tem o vizinho que tem, e você pede, aluga, você pede pra trabalhar naquela terra, aí você tem, tem a laranja. (Entrevistado Risaldo Neves da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Castanhal e agricultor, morador da agrovila de Iracema, 40 anos, entrevista concedida em 12/ 06/ 2008).

Essas relações orgânicas ainda permanecem, entretanto, são mais visíveis entre as famílias mais antigas, que reforçam a solidariedade entre si, inclusive os seus integrantes mais

jovens estabelecem relacionamentos de namoro e casamento, desenvolvendo laços de parentesco entre estas famílias.

Essa dinâmica parece se reproduzir em outros lugares de Castanhal, como é o caso da agrovila 3 de Outubro¹⁹, cuja realidade é ímpar dentro do cenário municipal. Ela se localiza à beira da Pa-127 que dá acesso ao Município de São Domingos do Capim (mapa 3). Assim, vivencia uma dinâmica da rodovia, com fluxos de veículos, mercadorias e pessoas diariamente, de relativa frequência. As paradas de ônibus demarcam os locais de embarque e desembarque de passageiros que transitam em direção a outras colônias ou à sede do Município de Castanhal.

Antes os plantios eram diversificados e garantiam minimamente o abastecimento alimentar das cidades e da própria localidade. Entretanto, no momento atual, observamos a diminuição de lavouras tradicionais como, por exemplo, de arroz, feijão e milho, havendo inclusive a necessidade de se importar alguns produtos de outros estados ou de se comprar em Castanhal. Paralelamente, percebe-se o aumento exponencial da produção de mandioca, que, muito embora também seja um cultivo há muito tempo desenvolvido, recebe tratamento diferenciado, pois se insere na lógica econômica do mercado.

Deste modo, uma margem bastante significativa da produção agrícola local se volta para a lavoura de mandioca cuja dinâmica econômica altera as relações de trabalho e forma grupos sociais específicos, diferentemente distribuídos pelo espaço agrário do entorno da Agrovila 3 de Outubro que se integra pelo sistema de relações econômicas às colônias de Nazaré, Castelo Branco e de 22 de Outubro. A denominação desta última é dada por agricultores locais, no entanto, a Prefeitura Municipal de Castanhal a considera ainda como parte integrante de 3 de Outubro.

Na primeira localidade se observa a formação de grupos de agricultores especializados no cultivo de mandioca e na produção artesanal de farinha em seus respectivos terrenos. Esses se utilizam da mão-de-obra familiar e de poucos trabalhadores temporários. Muitos deles são migrantes, especialmente do Nordeste, que já haviam estado.

Os agricultores vendem sua produção para atravessadores, ou seja, pessoas que se especializaram em comprar farinha dos lavradores para a revenderem a agentes econômicos

externos à agrovila, principalmente de outras regiões brasileiras. Alguns destes sujeitos se localizam na própria área, mas foi identificado um de grande porte que reside na agrovila Nazaré. Esse fecha, geralmente, um acordo informal com os pequenos produtores para estabelecer um vínculo de compra dos produtos, ou seja, faz com que os agricultores destinem parte da produção farinheira para ele.

Neste caso o atravessador não realiza produção alguma, apenas contrata trabalhadores temporários para realizar o ensacamento e transporte da farinha. Essa é comercializada em sua própria residência, haja vista que já possui compradores relativamente fixos que vêm comprar em sua casa, para, posteriormente, comercializarem o produto em cidades como Teresina, Fortaleza e Brasília. Além disso, o atravessador destina uma porcentagem da farinha para vendê-la nas feiras de Belém.

Já na agrovila de 22 de Outubro um outro sujeito social entra em cena. É a figura do produtor e atravessador da produção de mandioca, assim como de fabricante de farinha. Ele possui em seu imóvel uma fábrica totalmente mecanizada para este fim. Contrata trabalhadores assalariados da agrovila Castelo Branco, em média cinquenta homens, para trabalharem na fábrica e para a labuta nos seus terrenos de mandioca. Eles se constituem mão-de-obra temporária.

Esse agente se apoia na logística hoje existente na agrovila para desenvolver a comercialização de seu produto. Localiza-se à beira da rodovia, em uma área bastante valorizada, utilizando-a para transportar em seus caminhões a farinha fabricada até as grandes redes de supermercado da capital paraense, quais sejam: Y. Yamada, Líder e Nazaré, além de comercializar com depósitos de Brasília.

Com a introdução de maquinários (tratores, caminhões etc.) e de insumos agrícolas (adubos, sementes selecionadas, pesticidas, dentre outros), ele processa a mecanização da sua lavoura de mandioca que é beneficiada em sua fábrica de farinha. Ela é totalmente automatizada e só pode ser concretizada em virtude da eletrificação rural.

Como podemos observar, o espaço agrário de Castanhal apresenta uma tendência a um processo de urbanização. Não estamos querendo com isso afirmar a inexistência ou desaparecimento do rural, mas estamos chamando a atenção para a presença de novos valores

que se combinam aos antigos que não deixam de existir; ao contrário, são reelaborados, mesmo que de maneira residual, tornando a realidade mais complexa, com dinâmicas econômicas que são externas ao local, o que concorre para mudanças não apenas nas suas formas geográficas, mas também em seus conteúdos sociais.

Essas áreas pesquisadas em Castanhal ganham relevância no quadro econômico local em virtude da importância assumida, ou seja, graças à grande projeção da produção agrícola que desenvolvem; no caso de Iracema por meio do plantio de hortaliças; e de 03 de Outubro pela produção de farinha.

Essa última localidade, no que tange à cadeia produtiva da mandioca, em decorrência dos vários incentivos concedidos pelo Estado, via governo Federal ou municipal, acaba por desenvolver certa centralidade, visto que concentra os fluxos na comercialização e na produção, pois são seus grandes fabricantes e/ou atravessadores que acabam fechando contratos com os grandes supermercados que exigindo uma produção relativamente elevada, necessitam comprar a mandioca em raiz, ou mesmo a farinha já fabricada em outros lugares, com destaque para as agrovilas de São Jorge do Jabuti e Porto Seguro, ambas localizadas em Igarapé-Açu, havendo uma forte interligação econômica entre estas realidades que serão mais bem analisadas a seguir.

A partir deste momento, iremos apresentar e discutir aspectos relacionados às agrovilas do Município de Igarapé-Açu, buscando mostrar suas articulações socioespaciais e as transformações pelas quais passam atualmente. A localização dessas agrovilas podem ser visualizadas no mapa 4.

O trajeto que liga a sede municipal à agrovila de São Jorge do Jabuti é realizado por meio de ônibus que sai da praça central de Igarapé-Açu, assim como todos os outros veículos que circulam nas demais localidades. Sua saída se dá por volta de 10h (dez) ou 11h (onze) da manhã. Seu retorno acontece apenas no dia seguinte.

Atualmente novos agentes entraram em cena, pois além dos agricultores, comerciantes e atravessadores, visualizamos a presença de empresas que atuam em escala internacional, como é o caso da Nova Amafrutas²⁰, a qual ao decretar a falência no ano de 2007, contribuiu para que vários agricultores enfrentassem uma forte crise em sua renda, visto que parte significativa de

sua economia agrícola estava voltada para a produção do maracujá. Isso concorreu para seu endividamento, pois muitos se utilizaram de financiamentos obtidos de bancos, especialmente do BASA, mas não conseguiram pagá-los.

Em decorrência da crise agrícola que se desenvolveu, muitos agricultores começaram a investir mais na plantação de mandioca, produção que não havia cessado, mas que, a partir desse momento, começou a ganhar grande relevância na economia local. Essa retomada ocorreu em São Jorge do Jabuti e também em Porto Seguro.

No caso específico da primeira localidade, observamos a presença de médios produtores de farinha cujas áreas de fabricação são parcialmente mecanizadas. Eles realizam o beneficiamento da mandioca que é proveniente de seus próprios terrenos e que advém de outros agricultores locais. Esses produtores, juntamente com outros “marreteiros”, vendem o produto nas feiras de Belém, mas grande parte da produção é negociada com os fabricantes de farinha existentes na agrovila de 3 de Outubro, em Castanhal, realizando, dessa forma, um circuito econômico bem interessante, pois por não possuírem contratos com as grandes redes de supermercados acabam comercializando com empresários externos à agrovila.

Esse contexto econômico acabou por promover uma nova dinâmica produtiva que pode ser visualizada na mecanização da produção caracterizada pelo uso de tratores e de maquinários para o fábriço da farinha, mas, também, por uma outra lógica de organização espacial dos agricultores. O espaço de trabalho se volta para o desenvolvimento de produtos destinados à sobrevivência, mas, principalmente, ao mercado.

Porto Seguro é uma das agrovilas mais distantes da sede de Igarapé-Açu. Localiza-se a 30 (trinta) quilômetros desta. O acesso à agrovila se realiza, principalmente, por meio de ônibus ou moto-táxi. Ambas as modalidades de transporte utilizadas pela população saem da praça denominada de Nações Unidas, situada na sede municipal.

Hoje, Porto Seguro que antes possuía uma interligação maior com o rio Maracanã e a Estrada de Ferro Bragança, embora o primeiro ainda apresente grande importância econômica e cultural para os moradores, pois é usado para conectá-las, primordialmente, à rodovia (PA-426) que, atualmente, corresponde à principal via de entrada e saída de pessoas e mercadorias da

localidade. Além disso, interliga-a às outras colônias, à sede municipal ou mesmo a Castanhal e a Belém, locais de venda dos produtos agrícolas da referida colônia.

A agrovila em relevo, assim como São Jorge do Jabuti, já foi alvo de empresas do setor de fruticultura, como a Nova Amafrutas, empresa que incentivava os pequenos agricultores a plantarem o maracujá que deveria ser vendido direta e exclusivamente à empresa. Em decorrência da sua falência, muitos lavradores que eram seus parceiros não foram pagos e ficaram endividados, pois suas plantações tinham financiamentos governamentais, como o PRONAF. Essa situação comprometeu a sobrevivência desses sujeitos.

Atualmente, muitos desses agricultores investem principalmente em dois tipos de plantio. O primeiro é o açaí, que possui venda certa junto aos supermercados da região. Em segundo lugar, porém não menos importante, está a mandioca, matéria-prima da produção de farinha. Ela é fabricada internamente de maneira artesanal e comercializada junto aos donos de comércios locais e a atravessadores da agrovila que a revendem em feiras de Belém e também a fabricantes de farinha de São Jorge do Jabuti, principais negociadores do produto na agrovila. Neste contexto, acaba por se inserir na rede econômica referente ao cultivo da mandioca e a fabricação de farinha, fazendo parte desta cadeia produtiva.

Essa nova lógica produtiva que se manifesta como tendência na região parece se evidenciar em Porto Seguro, muito embora com menor intensidade, visto que lá não existem grandes fabricantes ou empresários internos. Em geral, o agricultor que utiliza basicamente a mão-de-obra familiar, exceto em alguns momentos do plantio em que faz uso de trabalhadores temporários, realiza a produção de farinha e a vende a pequenos atravessadores ou àqueles de maior porte, localizados em outras localidades já especificadas aqui.

Com a prática de uma relativa especialização produtiva, outros produtos são cultivados em menor quantidade. É o caso do arroz, o milho e o feijão. Deste modo, os agricultores se vêem na obrigação de comprá-los.

Neste sentido, as relações se tornam mais orientadas para o mercado, visto que os produtos de necessidade básica devem ser comprados, devido à sua parca produção interna; fato que se observa igualmente nas relações interpessoais. A ajuda mútua, antes existente, hoje se

torna mais difícil de ser encontrada, muitas vezes devido às relações de trabalho estarem baseadas no assalariamento.

Essa dinâmica econômica na qual se inserem as colônias agrícolas pesquisadas, em decorrência do papel que exercem dentro da nova divisão territorial do trabalho, concorre para alterar as relações existentes nessas localidades, visto que se formam grupos mais capitalizados que estabelecem uma interação mercadológica com as agrovilas e residem muitas vezes nas cidades. O desenvolvimento econômico delas acaba por impulsionar um relativo fluxo migratório que aumenta as suas respectivas áreas físicas e os seus contingentes populacionais utilizados como mão-de-obra.

Os pequenos produtores adentram indiretamente a rede econômica a partir da venda de sua produção aos grandes agricultores locais que possuem contratos fechados com empresas de supermercados e depósitos de alimentos. Negociam também com determinados atravessadores que revendem os produtos nas feiras, principalmente de Belém e Castanhal.

Nesta discussão acerca dos valores um elemento espacial ganha grande relevância, qual seja, a terra de trabalho. Isto porque ela compreende o *locus* de desenvolvimento da vida dos sujeitos sociais das agrovilas. Quando fomos delineando algumas transformações nas colônias, percebemos que quase sempre estavam intimamente relacionadas à interação que o agricultor estabelece com a terra. Observamos também que, ela era antigamente o centro das relações sociais, visto que grande parte dos moradores, mesmo desempenhando outras funções, reunia-se na área agrícola para o trabalho, mas, igualmente, para o estabelecimento de relações de solidariedade e até mesmo lúdicas que se consubstanciava na ajuda mútua, nas brincadeiras e nas narrativas coletivas.

No contexto atual, muitas dessas relações foram se alterando, pois as interações foram ficando mais mercadológicas, pelo menos para determinados grupos de agricultores que hoje atuam mais fora da colônia do que propriamente nela, como aqueles mais capitalizados e/ou com perfil empresarial. Para outros, especialmente aqueles menos capitalizados, a terra ainda continua sendo o centro das suas atividades que geralmente envolvem membros da família, visando a sua reprodução física e social, perdurando, assim, laços de cordialidade e solidariedade.

Conclusões

Conforme observamos ao longo do trabalho, não é simples a discussão acerca da temática da relação rural e urbano, pois hoje constituem realidades cada vez mais próximas, em constante interação e transformação, denotando conteúdos socioespaciais híbridos, que devem ser considerados nas políticas públicas governamentais, pois a simples inserção do agricultor no mercado, especialmente o pequeno, não dá condições de melhorias sociais, haja vista o grande risco que correm em virtude de problemas naturais que os cultivos apresentam (insetos, doenças etc.), além da oscilação dos preços dos produtos que nem sempre cobrem os custos da produção.

Além disso, hoje há um processo de urbanização crescente, o qual não se evidencia apenas nos sistemas de objetos técnicos, mas igualmente nos valores difundidos, que expressam necessidades cada vez mais mercadológicas e externas ao lugar, proporcionando solidariedades organizacionais, mediadas pelo capital. Esse processo avança com maior rapidez nos lugares com dinâmicas econômicas mais diretamente ligadas ao mercado regional, nacional e internacional, visto que a base de relações não mais se torna o local e, sim, as verticalidades, ou seja, ações e interações externas.

Neste sentido, o trabalho aqui apresentado visou a contribuir com questões de caráter teórico e empírico a respeito da temática, tendo em vista a particularidade de nossa área de pesquisa, que, diferentemente de outras porções do território paraense, possui agentes econômicos novos que alteram as relações sociais internas as colônias, mas ainda assim permanecem alguns agricultores, que de maneira residual, resistem a essa dinâmica, construindo outras sociabilidades, mais orgânicas, restabelecendo a sua unidade familiar, que é a base de sua sobrevivência e de sua relação com a terra, principalmente por ser uma área que apresenta condições materiais que possibilitam isso. Na sub-região estudada, o processo de concentração de terras, por meio de latifúndios, embora venha crescendo a partir de médias propriedades de empresas, a pequena propriedade ainda predomina, que é estabelecida a partir de herança, compra ou sistema de parceria entre os sujeitos sociais.

É nesse sentido que as interfaces da relação rural e urbano, campo e cidade, tornaram-se interessante de ser discutidas no presente trabalho, dadas as especificidades de Igarapé-Açu e

Castanhal, que, sendo áreas de colonização agrícola não recente, vivem as repercussões das mudanças implementadas no Nordeste Paraense, tendo em vista a nova divisão territorial do trabalho que se apresenta. Nesse processo, os valores de mercado, bem como os valores urbanos a ele associados tende a imprimir mudanças, seja em nível das relações sociais, seja em nível do espaço agrário e de sua paisagem, hoje tornados cada vez mais híbridos.

Notas

¹ Esse artigo foi elaborado com base em nossa dissertação de mestrado intitulada “Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (Pa)”.

² Geógrafo, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA (PPGEO-UFPA). Professor Assistente I do curso de licenciatura e bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Pará – campus de Marabá.

³ Para Santos (2002), a paisagem corresponde ao conjunto de formas que em um determinado momento exprimem reminiscências do passado, representativas de sucessivas relações sociais situadas entre o homem e a natureza. Caracteriza-se, igualmente, por ser transtemporal, coadunando objetos tanto do passado quanto do presente. Com efeito, cada paisagem apresenta uma distribuição de formas-objetos que contêm um conteúdo técnico próprio e não mudam de lugar, mas podem ter sua função (econômica, política e simbólica) alterada.

⁴ Corresponde à designação dada aos solos de coloração avermelhada, típicos das zonas quentes e úmidas.

⁵ O termo colônia é utilizado por ser esta a denominação empregada pelo Estado paraense as áreas agrícolas que eram criadas ao longo da Estrada de Ferro Bragança. A denominação ainda hoje é utilizada pelos agricultores locais, embora oficialmente muitas se chamem de agrovilas, a exemplo da agrovila 3 de Outubro, Iracema, Porto Seguro e São Jorge do Jabuti.

⁶ Esta se caracteriza pela produção familiar em lotes de terra, em média de 25 ha, cujas atividades são divididas entre os próprios membros da família, os quais possuem a propriedade da terra e desenvolvem um *mercado de excedentes* (MARTINS, 1997), em que a produção anseia principalmente a sobrevivência deste núcleo familiar.

⁷ Estamos considerando como área de colonização antiga do Pará, referente ao trecho entre Belém e Bragança, os atuais municípios que tiveram sua origem atrelada ao projeto de colonização implementado pelo governo do Estado do Pará no final do século XIX, interligados na época pela Estrada de Ferro Bragança, quais sejam: Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Castanhal, São Francisco do Pará, Igarapé-açu, Santarém Novo, Peixe-Boi, Santa Maria do Pará, Bonito, Nova Timboteua, Capanema, Quatipuru, Primavera, Tracuateua, Bragança e Augusto Correa. Todos estes municípios eram reconhecidos como pertencentes à microrregião Bragantina até o início da década de 1990. Atualmente, segundo a SEPOF (2008), amparada nos dados estatísticos e limites municipais do IBGE (2010), Marituba e Benevides compõem a região metropolitana de Belém. Castanhal e Santa Isabel do Pará pertencem à micro-região de Castanhal. Os demais ainda se inserem na micro-região Bragantina.

⁸ O município de Igarapé-Açu se originou a partir da sede do núcleo de Jambú-Açu.

⁹ Os atuais municípios que compõem a microrregião Bragantina foram criados em sua maioria em 1961, com exceção de Quatipuru, mas todos se vinculam ao período da colonização do final do século XIX. No entanto, muitos foram se formando a partir de desmembramentos territoriais existentes ao longo do século XX, a saber: Augusto Corrêa, que se constituía no ano de 1895 em um povoado de Bragança, denominado de Urumajó, sendo

desmembrado e, posteriormente, elevado à condição de município; Bonito, que surgiu a partir do desmembramento territorial de São Miguel do Guamá; Igarapé-Açu, que se formou na sede do antigo núcleo de Jambú-Açu; Nova Timboteua, que surgiu do antigo povoado de Timboteua; Peixe-Boi, que se originou a partir do desmembramento territorial de Nova Timboteua; Primavera, que pertenceu anteriormente à Capanema e Salinópolis e, mais remotamente, a Bragança; Quatipuru, que surge do desmembramento territorial de Bragança em 1879, passando à condição de município apenas em 1994; Santa Maria do Pará, que teve seu território formado com partes dos municípios de Igarapé-Açu, Nova Timboteua e São Miguel do Guamá; Santarém Novo, criado a partir do desmembramento territorial do atual município de Maracanã; e São Francisco do Pará, que se formou a partir da antiga vila de Anhangá (CRUZ, 1955; ROCQUE, 1994).

¹⁰ Augusto Montenegro foi governador do Estado do Pará no período de 1901 a 1909.

¹¹ A EFB ficou sob a responsabilidade do governo paraense até 1936, período que passou para competência da União, constituindo-se, em 1957, em uma das ferrovias que conformavam a Rede Ferroviária Federal, sendo desativada em 1965.

¹² Atualmente existem os grupos A; A/C; esses dois primeiros se referem aos agricultores de assentamentos; B, produtores familiares participantes do PRONAF e que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos doze meses até cinco mil reais e A/F, produtores familiares que tenham obtido renda bruta familiar dos últimos doze meses, acima de cinco mil reais e até cento e dez mil reais.

¹³ Esses dados foram coletados durante trabalho de campo realizado na agrovila de Iracema, no dia 13 de Julho de 2008.

¹⁴ O grupo Y. Yamada foi fundado em 1950. Tem sede em Belém e 29 (vinte e nove) filiais espalhadas pelo Pará.

¹⁵ O supermercado Formosa data de 1975 e possui atualmente duas lojas.

¹⁶ O Grupo Líder de Supermercados foi fundado em 1975 e apresenta 14 (quatorze) lojas distribuídas por Belém, Ananindeua, Icoaraci e Castanhal.

¹⁷ O grupo empresarial Nazaré, denominado de Supermercados Nazaré Ltda., existe desde a década de 1980 e possui quatro Supermercados distribuídos pela capital paraense.

¹⁸ Entrevistado Risaldo Neves da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Castanhal e agricultor, morador da agrovila de Iracema, 40 anos, entrevista concedida em 12/06/2008.

¹⁹ De acordo com a Lei municipal nº. 017/95, de 12 de abril de 1995 a agrovila de 3 de outubro passou a ser chamada de Luiz Duarte de Carvalho, nome concedido à Associação de Agricultores local, entretanto, a primeira denominação é a mais usual entre os sujeitos sociais que vivenciam a realidade.

²⁰ A Nova Amafrutas teve grande influência junto à exploração do maracujá, pois era uma das grandes compradoras e beneficiadoras do fruto junto às colônias agrícolas dos municípios existentes entre Belém e Bragança, atuando em Igarapé-Açu, Castanhal, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Santa Maria do Pará e São Francisco do Pará, dinamizando a economia da região.

Referências

ACEVEDO MARIN, Rosa. E. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. In: SITREAMA, I, 2002, Belém. **Anais...** Belém, n/p, cópia impressa.

CAPEL, Horácio. La definición de lo urbano. In: **Revista Estudos Geográficos**, nº 138-139, 1975, p. 265-301.

CONCEIÇÃO, Maria F. C. **Políticas e colonos na Bragantina, Estado do Pará: um trem, a terra e a mandioca**. Dissertação de mestrado. 1990. São Paulo: IFCH da Universidade Estadual de Campinas.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

COSTA, Francisco de A.; HURTIENNE, Thomas P. Introdução – inovações, camponeses e desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: COSTA, Francisco. de A.; HURTIENNE, Thomas.; KAHWAGE, Claudia. (Orgs.). **Inovação e difusão tecnológica para sustentabilidade da agricultura familiar na Amazônia: resultados e implicações do projeto Shift-sócioeconomia**, 2006, p. 9-18.

CRUZ, Ernesto. **A Estrada de Ferro de Bragança**. Belém: Falângola, 1955.

ÉGLER, Eugenia. G. A zona Bragantina no estado do Pará. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 23, n.3, p. 75-103, jul./set. 1961.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 25-82.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HÉBETTE, Jean; ACEVEDO MARIN, Rosa. E. **Colonização para quem?** Belém: Ufpa/Naea, 1979.

IBGE. **Censo demográfico-2002**. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acessado 5 de Julho de 2007

_____. **Censo demográfico-2010**. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acessado 20 de Dezembro de 2012.

IDESP. **Caracterização sócio-econômica da região nordeste do Pará**. Belém: IDESP, Coordenadoria de documentação e informação, 1977.

LACERDA, Franciane G. **Nos trilhos da modernidade, instalação da estrada de ferro de Bragança (1870/1907)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. Belém: UFPA, 1992.

LIMA, Rosirene M. **O rural no urbano**: uma análise do processo de produção do espaço de Imperatriz-MA. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones 62, 1973.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

_____. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: _____. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O cativo da terra**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MASSEY, Doren. A filosofia e a política da espacialidade: algumas considerações. **Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF**, Rio de Janeiro, n.12, p.7-24, 2004.

MIRANDA, Rogério. R. **Territorialidade Camponesa na Amazônia**: permanências e transformações no Nordeste Paraense, o caso de Igarapé-Açu. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Geografia. Belém: UFPA, 2006

MONTE-MÓR, Roberto. L. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. In: FELDEMAN, S.; FERNANDES, A (Orgs.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 93-114.

MUNIZ, José de M. **O instituto Santo Antônio do Prata**: município de Igarapé-Assú. Typ. da Livraria Escolar, 1913.

PENTEADO, Antônio R. **Problemas de colonização e de uso da terra na região Bragantina do Estado do Pará**. 1 e 2 Vol., Belém: UFPA, [s.n], 1967.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL. **Plano Diretor Participativo do Município de Castanhal**. Castanhal, 2006.

ROCQUE, Carlos. **História dos municípios do Pará**. Belém: A província do Pará, 1994.

**Interfaces do rural e do urbano em área de
colonização antiga na Amazônia: estudo
de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA)**

Rogério Rego Miranda

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método. In: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, 1977, p. 81-99.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005a.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005b.

SEPOF. **Estatística municipal de Castanhal e Igarapé-Açu**, 2011.

TRINDADE JR., Saint Clair C. da. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência, 1850 – 1920. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 1993.

Recebido em 19/03/2012 Aceito para publicação em 31/06/2012.
